



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 670, DE 2019

Altera a Lei no 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) para proibir a cobrança de estacionamento aos idosos.

AUTORIA: Senador Weverton (PDT/MA)



Página da matéria

às Comissões de Direitos Humanos e de Legislação Participativa; de Assuntos Econômicos e de Constituição, Poder Judiciário, Justiça e Cidadania, bem como da Comissão de Administração.

CDH, CAE e
CCJ/DT



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Weverton Rocha

Em / /

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Weverton Rocha".

Projeto de Lei nº 670/2019

Altera a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) para proibir a cobrança de estacionamento aos idosos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências” para proibir a cobrança aos idosos pelo uso de vagas nos estacionamentos privados ou em logradouros públicos.

Art. 2º Acrescente-se os seguintes artigos 41-A e 41-B à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”:

“Art. 41-A Fica assegurada, pelo período de uma hora, a gratuidade para pessoas idosas em estacionamentos.

Art. 41-B. Nos estacionamentos em logradouros públicos os idosos não serão obrigados a portar tarjetas de utilização de estacionamento.

§1º Nos casos de que trata os artigos 41-A e 41-B o veículo deverá exibir, em local de ampla visibilidade, a credencial de beneficiário confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito, que disciplinarão suas características e condições de uso.

§2º Caso seja verificado que o estacionamento gratuito não foi utilizado em benefício de pessoa idosa ou havendo quaisquer irregularidades na utilização do benefício, o idoso será impedido de estacionar gratuitamente durante os 6 (seis) meses seguintes.”

Art. 3º O art. 96 da Lei nº 10.741/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, **às vagas de estacionamento**, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: (NR)

Recebido em 06/02/19
Hora: 19:30

Página 2 de 4

Parte integrante do Avulso do PL nº 670 de 2019.

Renato Dressan Saldaña - Mat. 315749
GMSLSF

.....
§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar, ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo, **e quem cobrar pela utilização das vagas nos estacionamentos públicos ou privados.** (NR)."
.....

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) veio em momento oportuno para assegurar diversos direitos às pessoas maiores de 60 anos. Nada mais justo que um diploma legal possa garantir benefícios para quem outrora tanto contribuiu para a sociedade e, agora encontra-se tão estigmatizado por já não possuir a mesma produtividade, compreensão e agilidade.

Embora o Estatuto do Idoso, em seu art. 41, já assegure a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados para os idosos, o citado diploma legal é silente quanto à possibilidade de estacionamento gratuito. Vale esclarecer que esse tema deve ser pacificado em nível federal.

Não podemos quedar-nos inertes e permitir que cada Município ou Estado legisle, quando lhe convier, sobre matéria de tamanha importância. É importantíssimo a existência de leis para defender esses indivíduos que devido à idade avançada se tornaram tão frágeis e indefesos.

Devemos estar empenhados em sugerir proposições que elevem o respeito a essas pessoas e incentivem uma cultura sobre a importância deles para o País.

Nesse sentido, apresentamos este projeto de lei para assegurar mais um direito ao idoso, qual seja, o de não ser obrigado a pagar estacionamento pelo período de uma hora.

Tal medida se revela necessária pois, na maioria dos casos, são aposentados que têm seus proventos limitados e, devido à idade avançada ou o acometimento de doenças necessitam comprar remédios ou alimentação especial.

Além disso, a proposição contribuirá para uma melhor qualidade de vida e fará com que essas pessoas se sintam mais valorizadas e inseridas na sociedade, além de preservar sua dignidade e assegurar-lhes um envelhecimento saudável.

Tendo em vista a importância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,



Senador Weverton Rocha

(PDT MA)